

Processo de descolonização linguística e lusofonia

Linguistic decolonization process and Lusophony

Adilson Pereira dos Santos¹
Centro Universitário UniLaSalle

ORLANDI, Eni. Processo de descolonização linguística e lusofonia. In: **Língua Brasileira e Outras Histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009, p. 171 – 193.

“O que significa nesta ‘nova’ conjuntura ter uma língua nacional? Ter sua gramática? Ter seus linguistas?”. Essas questões centrais apontadas por Orlandi para pensar a era da chamada globalização perpassa toda a constituição da identidade linguística brasileira e a constituição da língua brasileira como nossa língua. Por outro lado, frente a esse reconhecimento fica a questão de como significar a Lusofonia? No capítulo intitulado “Processo de descolonização linguística e lusofonia”, Eni Orlandi aborda essas e outras questões.

“A língua não é uma, a língua não é uma, as línguas mudam (...)” (Orlandi, 2009, p.171). Com essa afirmação, Orlandi destaca que a língua está em constante movimento e se transforma na relação com as condições político-históricas de sua produção.

No caso da Lusofonia é impossível pensar sua constituição atual sem nos remontarmos ao processo colonização-descolonização que engendrou a emancipação linguística da língua brasileira.

Tomando como partida como se deu o processo colonizador, a autora aponta que o modo de representar o Brasil trouxe uma instrumentalização da língua, ao mesmo tempo em que se desqualificou as pluralidades das línguas aqui existentes. Com efeito, a produção de uma língua que favorecesse o processo de colonização e catequese por parte dos jesuítas favoreceu o aparecimento da língua “Tupi-jesuíta com estatuto de língua geral.

Se tomou o modelo e padrão europeu de língua a partir do modelo missionário ao utilizar-se do latim, o que favoreceu o processo de colonização e subserviência. É o que nos argumenta Orlandi (1990/2009).

Os relatos dos missionários, ao tomarem como modelo o latim e as línguas ocidentais que daí derivam, incompreendem as línguas com que se defrontam no seu trabalho missionário e apresentam estas línguas de forma ancilar, servil às línguas europeias, apagando tudo aquilo que, nelas, é específico e caracteriza sua própria ordem. (Orlandi, [1990] 2009, p.174).

Somam-se a isso o relatos dos naturalistas e as produção de conhecimento sobre esse novo que se desponta. O recenciamento, a descrição, localização de espécies passam a compor um conjunto de saberes sobre Brasil. Missionários e Naturalistas na produção de narrativas estrangeiras sobre o Brasil, sobretudo nos séculos XVII e XVIII.

O século XIX o Brasil foi marcado pelo processo de apropriação da língua e pelos esforços de produção das nossas próprias gramáticas. Esse movimento de produção da gramática brasileira iniciado por Júlio Ribeiro é apontado pela autora como um marco

¹Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012). Mestre em Psicologia pela PUC Minas (2019). Doutorando em Linguística na Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. Especialista em Psicologia Social pelo Conselho Federal de Psicologia (2022). Coordenador do curso de Graduação em Psicologia no Centro Universitário UniLaSalle - Lucas do Rio Verde-MT.

para o processo descolonizador da língua brasileira ao conferir-lhe a independência frente ao português de Portugal. Muito mais do que isso. “Os brasileiros nesse momento estão produzindo um processo de descolonização: a legitimação da língua brasileira” (Orlandi, 2009, p.175).

Essa gramatização propriamente brasileira – uma endogramatização como destaca Orlandi como um conceito essencial de S. Auroux – favoreceu não somente a inauguração de uma discursividade não mais submetida à Portugal, mas também favoreceu a construção de uma identidade linguística e nacional.

A gramatização – junto à produção literária – legitima ao mesmo tempo a relação dos brasileiros com a escrita. Temos uma língua, uma gramática e sujeitos brasileiros com a escrita. Com a função autor dos gramáticos (e os letrados, os historiadores, os políticos brasileiros etc.), o século XIX é, entre outras coisas, um momento intelectual que define em que direção pensar a língua, suas instituições e seus sujeitos, assim como a escrita. (Orlandi, 2009, p.176).

Com a institucionalização da língua e identidade nacional, o século XX trouxe a necessidade da uniformização dos conceitos e terminologias, haja vista a pluralidade de surgimento de gramáticas em língua brasileira, influências da organização científica, da criação de escolas e faculdades. Orlandi destaca que nesse período a gramática adquire a responsabilidade de ser um instrumento linguístico normativo do português bem falado, correto.

A Norma Gramatical Brasileira (NGB) de 1959 buscou homogeneizar terminologias. A autora destaca que, com a NGB o “Estado brasileiro administra a relação institucional do brasileiro com a língua nacional, via gramática, pela uniformização da terminologia”. (Orlandi, 2009, p.177). Esse movimento de homogeneização ao mesmo tempo em que tira do gramático a função/poder de instituição do correto da língua – o que favorece o deslocamento para linguista na função de pensar a língua,) – também favoreceu mais um passo em direção à descolonização, com a institucionalização da relação falantes/língua.

O ponto central apontado por Orlandi nesse processo é a constatação que, embora os avanços no processo de descolonização frente a Portugal, com a institucionalização da língua brasileira, por meio de uma normatização/padronização, também se instituem o imaginário de uma língua pura, o que remete a um novo processo de colonização via institucionalização de uma matriz de língua frente a pluralidade de línguas existentes em nosso país continental.

Essa perspectiva de pensar a língua brasileira é a também algo que podemos perceber no discussão da Lusofonia apontada por Orlandi (2009). Há um movimento de homogeneização da heterogeneidade presentes tanto no Brasil como na África. Nesse sentido, Orlandi nos provoca a pensar sobre os pontos em comum e os pontos dispares da lusofonia. Para pensar em paralelos, sem dúvidas, o processo de descolonização é uma via.

Precisamos, com a descolonização, realçar nossa unidade em nossas diferenças: histórias, linguísticas, culturais, sociais, nacionais e de relações internacionais. O que é preciso é tornar visíveis estas diferenças. (...) Ao invés de trabalharmos um imaginário de unidade linguística que é herança da colonização, elaborem nossas diferenças concretas no sentido de enriquecermos nossas relações e nos reforçarmos em nossos processos de descolonização. (Orlandi, 2009, p.179).

Apontar as diferenças como um caminho de consolidação do processo de descolonização implica valorizar as resistências históricas ao movimento de colonização que marcam a formação da identidade linguística tanto no Brasil como na África. Com isso reafirmar as singularidades.

Entretanto, os movimentos da globalização em direção a uma homogeneização de pensamentos, discursos também atravessam as nações. Em escalas globais se formam grupos transnacionais, novos movimentos colonizadores. Orlandi destaca que a língua está atravessa de ideologias e jogos de poder. Não à toa a proposta do inglês como língua internacional.

E como esses jogos de poder demarcam novos processos de colonização? Como a globalização está a serviço desses processos? O que podemos fazer? Esse é o tema central que perpassa o capítulo “Colonização, Globalização, Tradução e Autoria Científica” apresentado por Eni Orlandi (2009).

Nesse capítulo a autora nos apresenta como o discurso científico está a serviço de novos processos de colonização, uma vez que a ciência é utilizada como reafirmação da valorização do saber do colonizador.

Para começar, Orlandi destaca a citação como mecanismo a serviço dessa valorização. A autora parte do exemplo que como a posição-autor estrangeiro – com todo o movimento de dizer sobre as descobertas do/sobre o Brasil desde os séculos XVII e XVIII – produziu efeitos de sentido ao apropriar-se dessas descobertas. Orlandi destaca que houve essa apropriação da vida intelectual, cultural e artística. Um tomar a posse. “Nossas ideias são nomeadas sem nós”(Orlandi, 2009) nos aponta a autora.

No campo do conhecimento científico e produção textual não é diferente, pois, “são nossos textos que têm de se encontrar filiações em cientistas de outras línguas, de preferência em inglês. E eles nem precisam aprender nossa língua”. (Orlandi, 2009, p.183).

Como muito bem destacou Orlandi (2009), as implicações dessa necessidade de legitimação reverberam no Brasil ao se valorizar e buscar aproximação das ideias do/sobre o Brasil no exterior. A autora destaca que o nosso discurso é um já dito lá fora, um discurso relatado em que o original é sempre o exterior.

E isso também é representado na Tradução. A tradução é apontada por Orlandi (2009) como sendo atravessada por todo um conjunto de regras, procedimentos e normas da comunidade científica. Mais uma vez o exterior quem dita como devemos nos integrar ao mundo científico. Deste modo, produzimos texto sem uma memória científica.

Há com isso o que Orlandi (2009) chama de prática científica colonizadora, de denotam formas de apropriação da nossa discursividade. Passa-se a limpo a nossa discursividade com a tradução, “através de uma re-apropriação e uma re-distribuição de filiação à memória científica, des-autorizando o autor de sua propriedade fazendo-o falar do lugar do outro ou de outro lugar (lá), o daquele que se constitui na língua para a qual somos traduzidos. (Orlandi, 2009, p.184).

Com a tradução a posição-autor passa por constantes reformulações para adequações às “correções de forma” e “questões de fundo”.

Quando fala em “questões de fundo”, leia-se: é uma questão de ideologia da ciência, isto é, um subdesenvolvido sempre tem uma “questão de fundo” quando diz o novo, quando introduz uma diferença. Porque só será compreendido se “assimilado” à tradição discursiva (memória) da língua para a qual está sendo traduzido. Quer dizer: vai ficar na zona de ilegibilidade até vir a ser um exemplar cultural para a afirmação de uma tese comprovada na filiação de memória intelectual científica dos países de primeiro mundo. (Orlandi, 2009, p.185).

Frente a esse ponto nodal da produção no campo das ciências, sobretudo humanas, Orlandi (2009) destaca a formulação como um possível da ciência. Por um lado as reformulações de nossas ideias e posterior filiação a memórias de produção exteriores desmobilizam e desencorajam a produção científica legitimamente brasileira. “Não basta ter ideias. É preciso sustentar nossas formulações como tais. (...) De seu lado, o cientista de primeiro mundo não precisa explicar”. (Orlandi, 2009, p.186).

Do outro lado, a autora nos aponta que o caminho para a questão está na contradição da imposição do inglês como língua científica. “Como há outros países e outras línguas envolvidas na produção de ciência de “primeiro” mundo, há fissuras que não deixam a questão se fechar”. (Orlandi, 2009, p.186). E no campo da contradição que dessas fissuras podem emergir nossas direções, novos sentidos.

De qualquer lado, e no jogo entre as línguas, sempre capazes de falha (quaisquer que sejam), inscrevendo-se na história para significarem. É desse modo que somos sujeitos de ciência, em nossas funções-autor, representando-nos na origem do que dizemos cientificamente, produzindo uma história de conhecimento com nossas formulações, como trabalho do equívoco. (Orlandi, 2009, p.187).

Nesse sentido, com esse texto Orlandi (2009) propõe uma reivindicação do direito de falar, de falar a partir da própria língua na produção da ciência, “já que a formulação, em ciência, é fundamental para o próprio sentido do que nosso dizer científico está significando”. (Orlandi, 2009, p.187).

Mas e se as dificuldades de formulações se esbarrarem nas dificuldades de assumirmos uma identidade linguística? Por que não, Língua Brasileira?

Essas questões orientam a escrita do capítulo “O nome da língua que falamos, o conhecimento sobre a língua que temos”. No último capítulo do livro Eni Orlandi muito bem sintetiza as principais reflexões e apontamentos que fundamentaram o Livro “Língua brasileira e outras histórias”, sobretudo ao tecer reflexões sobre a noção de acontecimento linguístico ao nome da língua e suas conjunturas históricas, sociais e políticas.

Ela começa esse capítulo com um ponto importante para pensarmos a língua: se não há uma língua pura, perfeita e sem falhas, é na imperfeição da língua e na sua constituição enquanto espaço de falhas que se abrem movimentos e novas discursividades.

Por outro lado, o caminho da formulação de um saber sobre a nossa língua deve levar em consideração a ideologia que atravessam os discursos sobre a língua, sobre globalização e os sujeitos produzidos nesses/por esses discursos, por processos de identificação.

Um primeiro passo apontado por Orlandi para compreender esses processos de identificação é revisitar a história das ciências. “Isto nos ajuda a compreender porque nos identificamos (ou não) com este ou aquele autor, esta ou aquela ideia, esta ou aquela posição face à(s) gramática(s) e quanto à(s) língua(s)”. (Orlandi, 2009, p.191).

Na perspectiva da autora, esse conhecimento pode abrir para “novas possibilidades e novas conceptualizações na construção de novos objetos de saber e de nossa prática”. (Orlandi, 2009, p.191).

Ao retomar a noção de instrumentos linguísticos, Orlandi (2009) destaca as várias possibilidades de significar noções como língua nacional a partir da utilização de múltiplas fonte de análise.

Orlandi (2009) retoma autores como J. Guilhaumou e P. Henry, M. Pêcheux e outros para exemplificar como o conceito de acontecimento linguístico é profícuo para a

reflexão de como os efeitos de sentido dos processos de colonização e descolonização atravessam a noção de língua nacional.

O nome é o primeiro modo de estabilizar e de individualizar o acontecimento. Com a noção de acontecimento discursivo, J. Guilhaumou (idem) faz ver que o acontecimento histórico é inseparável da discursividade do referente. Eu diria mesmo que a história é inseparável da construção discursiva do referente. (Orlandi, 2009, p.192).

Corroborando, a autora evoca P. Henry para dizer da ligação dos sentidos à história, pois “é no modo como damos sentido que está a história” (Orlandi, 2009, p.192). E ainda M. Pêcheux para dizer que “a língua, para significar, se inscreve na história”. (Orlandi, 2009, p.192).

Assim posto, Orlandi (2009) buscou apresentar um campo de reflexão ao alinhar saber linguístico e constituição da nossa língua, em movimento na história. E é nesse a partir desse campo de reflexão que a autora entende que devemos pautar construção dos instrumentos e procedimentos teóricos científicos, tomando a discussão sobre a língua e os processos de colonização e descolonização.

Retomando a questão acerca da resistência do nome Língua Brasileira, sua posição é a de que essa é uma pergunta difícil de responder, irrespondível, como sinaliza, uma vez que a resposta não depende somente de um conhecimento sobre a língua e sua constituição mas também se leva em conta a conjuntura histórica e política, assim como é perpassada por outras questões. “Questão de poder, questão de identidade, questão de memória e, portanto, de ideologia e de inconsciente”. (Orlandi, 2009, p.193).

Orlandi (2009) sinaliza que o que talvez falte para uma reformulação do nome é o fato de ainda não termos “um acontecimento discursivo politicamente significativo” para tal reformulação. (Orlandi, 2009, p.193).

Para fechar, retomamos o pensamento de Orlandi (2009) que entendemos sintetizar toda a sua produtiva discussão, e que de certo modo pode apresentar uma direção de resposta às questões suscitadas de início.

Porque pensar o nome da língua é tomar em conta a história do saber produzido sobre ela, é conhecer a história da própria língua em sua prática e funcionamento, é analisar as injunções da conjuntura política e social, é apreender a constituição de seu sujeito, dando mais um passo no saber da história das ideias no Brasil. (Orlandi, 2009, p.193).

O resgate da história de constituição de nossa língua e todo o conjunto de saberes produzido pode ser o passo fundamental de um acontecimento linguístico fundante da identidade do brasileiro como língua nacional.

Como citar este trabalho:

SANTOS, A. P. dos. Processo de descolonização linguística e lusofonia. **Traços de Linguagem**, v. 6, n. 1, 114-118, 2022.
